

“Ti vai fazendo”

Xoán M. Paredes

Publicado no jornal [Praza Pública](#) (29/02/2016)

O “ti vai fazendo” é um *mantra* da contemporaneidade galaica. Tanto vale para uma cousa como para outra, para isto ou para o contrário. É a base filosófica do feísmo estético e funcional da nossa paisagem. Organizar, ordenar, planificar, projectar, isso não presta.

Fundir concellos – como Cerdedo e Cotobade – e assuntos semelhantes deveria ser tema sério e meditado dentro dum esquema global maduro. Mas não na Galiza, aqui não.

Partimos do facto de que a prática contemporânea de planeamento e ordenamento territorial foi introduzida relativamente tarde e mal na Galiza, em 1956, enquanto o chamado planeamento estratégico não apareceu até 1992. Isto explica em parte que o desenvolvimento e implementação de actuações espaciais raramente tiveram bons resultados. Além disso, a Galiza apresenta um outro problema que é a existência em paralelo dum estrutura tradicional (ainda viva no rural na forma de paróquias e nas zonas urbanas disfarçada como bairrismo) e uma estrangeira pobremente adaptada (concelhos e províncias, de criação muito recente em perspectiva histórica). Assim, os deficientes planos tinham e têm que actuar sobre uma realidade territorial esquizofrénica.

Com estes vímbios é complicado fazermos nada, a não ser reconstruir esse marco territorial e começar a aplicar um planeamento estratégico devidamente adaptado. Difícil, lento, mas absolutamente necessário. Daí as inúmeras chamadas durante décadas à reforma e racionalização do território galego.

As propostas clássicas, desde Castela e companhia até o dia de hoje, vão às voltas da eliminação de províncias e *deputacións*, e mesmo dos concellos (ou talvez da sua reorganização radical), primando o papel da paróquia e consolidando as comarcas como entidades regionais intermédias entre essas paróquias e o governo central galego. Mais ou menos. Mesmo temos competências autonómicas e alguma legislação aprovada para tudo excepto para as províncias, que não se tocam até que o diga o Estado ou lisquemos do mesmo, pois para isso são o seu invento.

Contudo, pode-se dizer que o dilema fundamental reside no falhanço de estabelecer um quadro de referência, uma estratégia ou plano nacional capaz de coordenar e integrar todos os diferentes actores sociais, económicos e territoriais. É dizer, um modelo claro para o nosso território baseado num consenso, algo que a administração galega em todas as suas encarnações foi incapaz de providenciar apesar do extenso debate académico e conversas de café sobre o tema.

Como consequência, autoridades provinciais e municipais de toda tendência embarcaram em agendas personalistas, agravando o clientelismo, desequilíbrios territoriais, duplicação e desperdício de recursos, construções incontroladas, especulação, falta de coordenação administrativa, improvisação... Enfim, se vivedes na Galiza e sodes algo observadores, que vós vou contar?

Aliás, a alternativa das tantas vezes publicitada concentração municipal não resolveria grande cousa por ela mesma. Tirando alguns estudos muito parciais, não sabemos nada sobre novos pólos e novos fluxos derivados da criação de novas jurisdições. É algo complexo ainda por analisar e valorar na sua totalidade. Fala-se do tema mas não se sabe aonde é que se quer chegar e como é que se vão encaixar essas novas entidades, entre elas e com outras estruturas espaciais.

Pensem no recente caso da união dos concellos de Cerdedo e Cotobade, anunciada por surpresa entre governos locais amigos, com padrinagem do também governo amigo da *Xunta*. Que vantagens vai ter de repente um concelho rural de uns 215 km², com mais de 6000

habitantes e arredor de 180 núcleos de povoamento, fracturado geograficamente? Por exemplo, como vai organizar o fornecimento de serviços, recursos e equipamentos quando, na prática e por algo tão óbvio como a orografia, continuará agindo como dous (ou mais) blocos separados? Pode que receba maior financiamento público por causa do novo tamanho, certo, mas não é isto acaso uma perpetuação do mísero sistema de supervivência a base de subsídios? Cita-se o despovoamento como um dos factores fundamentais que levou a esta situação, mas agora os problemas podem-se agravar e não ao contrário, pois estaremos aplicando medidas já fracassadas a um espaço ainda mais artificial. Intuo que os verdadeiros valores desses concelhos na actualidade, como a sua natureza, património histórico-cultural e imenso potencial turístico, hão continuar a ser ignorados em benefício de demenciais tentativas de atrair o “progresso” e preservar uns votinhos.

Ademais, formalmente esta fusão representa uma derrota absoluta de duas cousas: primeiro, a teoria do planeamento estratégico, que impõe a transparência plena dentro das corporações municipais antes de efectuar o anúncio, acompanhado à sua vez de consultas com a população antes, durante e depois, sem falar de todo o trabalho técnico embutido em casa passo do processo. Por exemplo, o novo concelho deveria ser apresentado já com um plano municipal completo para botar a andar com certas garantias. Em segundo lugar, [alá foi o modelo comarcalizador de 1997](#), fundindo dous concelhos de comarcas bem diferentes e diferenciadas, primando o tramado estatal e outros possíveis interesses que só o futuro irá desvelando sobre o próprio galego. E é que se o modelo comarcal de Fraga e Precedo Ledo apresentava sérias eivas e foi muito – e justamente – criticado, indicava um tímido avanço cara o que deveria ser. Com isto dinamita-se o mapa e de repente Feijoo quase que (permita-se-me o exagero) está fazendo bom ao Fraga nestas cousas, que já é dizer.

Entendamos duma vez a gravidade do assunto, pois lidamos com um dos piares da nossa idiossincrasia como Povo. Um dos nossos grandes patrimónios, como a língua, é o território, pois a paisagem cultural não é só um legado e testemunha duma forma de ser e viver, algo que nos pode definir e resumir numa soa imagem, mas é uma obra de arte milenar. Porém, o actual carácter do território galego vai-se desafiando às presas não por causa dum processo endógeno normal ou pelas nossas livres e informadas decisões, que poderia ser, mas por puro desconhecimento e incompetência.

Continuaremos falando disto, até o arranjarmos ou até que já não fique Galiza e, portanto, ninguém se importe.

Este texto está baseado num [artigo publicado](#) anteriormente numa revista académica. Toda a informação deriva, à sua vez, duma [tese de investigação](#) universitária prévia.

Este artigo de opinião foi publicado no jornal galego *Praza Pública* (29/02/2016): <http://praza.gal/opinion/3188/ti-vai-fazendo/>

Sobre o autor: <http://www.xoan.net>